

Literacia Mediática, uma Urgência das (nas) Escolas

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.180.3>

Teresa Calçada

Consultora sobre leitura e bibliotecas e políticas públicas de leitura
teresa.calcada@gmail.com

O gosto dos alunos pela escola é uma questão que envolve tantas variáveis que, obviamente, não será a utilização dos *media* escolares, por si só, a fazer com que a escola se torne um lugar de interesse para a maioria deles. Mas a participação dos alunos nos *media* escolares – no jornal, na rádio, na televisão – poderá ser um contributo para que deixem de a olhar como um espaço e um tempo de aborrecimento, que simultaneamente os pode convocar para a valorização do aprender e do conhecimento. Isto, na condição de a escola usar os *media* de forma a possibilitar o desenvolver de interesses pessoais, criar oportunidades de expressão e de autoafirmação, de criatividade e de ruturas.

É muito mais eficaz, apelativo e provocativo fomentar o uso dos diferentes *media* de maneira a que os alunos se sintam envolvidos e se apropriem dos processos de produzir, quaisquer que sejam os géneros mediáticos e os conteúdos, do que confinar as aprendizagens a métodos mais convencionais. Aprender a usar os *media*, a par do aprender a ler, escrever e contar, tem de ser uma tarefa integralmente assumida pela escola, enquanto instituição naturalmente capacitadora para as literacias fundamentais. Se assim não for, poderá acontecer que outras forças, porventura menos respeitadoras dos cidadãos e do seu direito à escolha, ocupem o lugar da escola e se apropriem dela, exercendo pela violência “o direito do mais forte à liberdade”.

A escola, e nela as bibliotecas e outros espaços e plataformas de experimentação, não podem autoexcluir o uso dos *media* que permitem, a alunos e professores, a expressão das vivências pessoais e coletivas e a construção do conhecimento. Se os *media* em geral, incluindo o livro enquanto *media* em papel, forem usados em ambientes formais e não formais de aprendizagem, em contextos menos espartilhados por programas, currículos e avaliações, mais flexíveis e adaptados aos interesses de

todos, mais focados no fazer acontecer, isso poderá ter efeito de estímulo na valorização da própria escola.

Utilizar os *media* para incrementar um certo bem-estar na escola é importante, sendo que o seu valor não se esgota nesse papel. A literacia mediática, num momento de revolução digital e de uma radical transformação tecnológica caracterizadora da nossa época, tornou-se, sem prejuízo de várias outras formas de literacia, indispensável para o conhecimento do mundo e das coisas, do eu e dos outros.

A falta de capacidade para operar técnica e criticamente com os *media* digitais é uma pesada forma contemporânea de analfabetismo. Se é verdade que as tecnologias são hoje mais complexas e sofisticadas, não dispor de competências instrumentais e críticas para uma utilização esclarecida significa ignorância e falta de domínio sobre si e o mundo. Justifica-se, pois, que a escola assuma uma tal responsabilidade e confira o maior empenho ao ensino da literacia mediática, tal como acontece com outras formas de literacia de que se vem ocupando ao longo dos séculos. Alfabetizar tem sido a razão de ser da escola, nas suas múltiplas implicações epistemológicas, gnoseológicas e éticas, configurando-se a área dos *media* e do digital tão só como um alargamento imposto pela evolução dos tempos. Trata-se, portanto de, como em toda e qualquer forma de alfabetização, facultar aos cidadãos o empoderamento social que a escola vem praticando e justamente reclamando para si, porque sabe ensinar conteúdos, competências e valores.

No que à área mediática e digital diz respeito, deve-se exigir da escola uma contribuição decisiva para que a ciência vença a opinião infundada, o rumor e a aparência, a desinformação, a ignorância atrevida e a barbárie, que espreitam à mão dos poderosos. As tecnologias atuam pela maneira como as sociedades as usam, condicionadas pela estrutura económica, social e comunicacional. Todos os poderes sabem o seu valor e todos as disputam, devido à forte componente de intencionalidade que possuem e a uma enorme capacidade de manipulação e de subjugação. Impõe-se, por isso, uma forte consciência da natureza destas tecnologias e dos seus perigos e ameaças, bem como utilizadores com informação e conhecimento qualificado, que se constituam como leitores e produtores esclarecidos.

Considerando que nenhuma práxis se desenvolve sem uma sólida teoria, não basta integrar os *media* nos métodos de ensino para despertar o interesse dos alunos pela aprendizagem e para promover as literacias, incluindo a mediática. É preciso que seja feito um esforço acrescido por parte da escola, recorrendo a novas atitudes e novas práticas, a processos e saberes menos ortodoxos, que vão para além de estratégias mais convencionais de ensinar. A escola tem de se abrir ao mundo, sob pena de continuar muito desligada das gerações mais novas e do que se passa à sua volta.

Cabendo-lhe, por definição, um relevante papel na aprendizagem e na instrução, da escola espera-se que: tenha em conta que a curiosidade é a fonte de todo o conhecimento; não deixe de assumir valores como o labor, a exigência e a verdade, cuidando, simultaneamente, do bem-estar individual e da comunidade e dos seus respetivos direitos e deveres; reconheça que ensinar, hoje, implica ensinar a aprender através da pesquisa e da experimentação, do saber fazer, do confronto e discussão de ideias, da

resolução de problemas, da prática; aposte na valorização dos professores ensinantes, enquanto suporte e defesa do humanismo e da palavra; compreenda, de forma clara e imperativa, que as ferramentas de aprendizagem absolutamente fundacionais são a leitura e a escrita, condição para o desenvolvimento de todo o tipo de conhecimento e para a apropriação de outras ferramentas e competências, incluindo as de natureza mediática e digital.

A leitura e a escrita, assim como a apropriação competente e crítica da informação, indispensáveis para empoderar os alunos, exigem esforço, treino, trabalho, mas é desse modo que podemos ir para além de um quotidiano mais básico e de entretenimento, e de uso dos *media* gerido pelos algoritmos, que nos controlam sem darmos conta disso. Não é demais insistir que é indispensável saber identificar a desinformação; ter consciência de que muitas das atuações dos *media* atuais fomentam intencionalmente tipos de dependências e, sobretudo, de ignorância; reconhecer que só quem domina criticamente a leitura e a informação pode defender-se de perigos capitais das ditas “novas tecnologias”.

Um desses perigos é o deslumbramento que aquelas tecnologias, dada a sua brutal natureza, suscitam por si mesmas. Outro perigo é a ideia temerária de que se pode dispensar o conhecimento, construído com recurso a fontes diferenciadas, seja qual for a matéria, substituindo-o pela “opinião”, a maioria das vezes produzida e divulgada nas redes sociais e afins, sem qualquer fundamento nem validação.

O trabalho com os *media* valoriza a participação, a colaboração, o fazer em equipa, em rede. O seu produto é manifestamente coletivo, resulta do aproveitamento de interesses, idiossincrasias e culturas diferentes. É nisso que reside muito do seu valor pedagógico, o de implicar confronto com os outros, o de constituir uma espécie de provocação face a tudo o que não sabemos, mas que precisamos saber. As situações de interação são sempre muito mais estimulantes do que uma aprendizagem solitária e passiva, o que nos faz voltar à ideia inicial do envolvimento dos alunos e professores nos *media* escolares para incentivar o interesse dos primeiros relativamente à escola e às aprendizagens.

Também pelas viagens, pelas artes, pelo teatro, pelo cinema, pela literatura, por tudo aquilo a que chamamos “vida cultural”, se estimula o interesse dos alunos. Por vezes a escola não percebe o valor de criar um ambiente cultural diversificado, não dá importância à integração da cultura no ensino como instrumento poderoso para superar ou corrigir desigualdades sociais, como um contributo inestimável para que se diminua a desvantagem inicial com que alunos e, também, professores, entram na escola e usam os *media*.

É neste sentido que todos os concursos, todos os desafios, todas as formas de participação colaborativa lançadas às escolas, particularmente de âmbito nacional, assim como candidaturas e parcerias com outros países, são formas de incentivar e de extrair o que de melhor existe em cada um dos miúdos que frequentam as nossas escolas, de espreitar as suas qualificações, desqualificações, criatividade e ambições. O Concurso de Jornais Escolares, promovido pelo jornal Público, é disso um exemplo fantástico.

O mesmo é válido para o Concurso Nacional de Leitura, organizado pelo Plano Nacional de Leitura, que tinha essa capacidade competitiva e agregadora, felizmente extensível às famílias, e que acabou sem ser substituído por nenhuma boa iniciativa de dimensão semelhante.

Apesar da revolução digital e do desenvolvimento dos novos *media* se terem iniciado no século XX, as políticas de educação e os métodos de ensino e de aprendizagem valorizados pelas escolas continuam algo alheados do universo mediático e digital em que vivemos.

No domínio da educação, os poderes públicos têm de investir em infraestruturas e em formação de recursos humanos na área das diferentes tecnologias que marcam as sociedades atuais. Por parte da escola, dos professores e dos alunos, espera-se também a integração da cultura e da literacia mediática nas práticas de ensino e de aprendizagem. Esse é, sem qualquer dúvida, um requisito indispensável para que os alunos que transitam para o mundo do trabalho sejam jovens suficientemente capacitados para usar os *media* de forma competente, para ler criticamente a informação e para conduzir a sua vida com recurso a elementos racionais, não se limitando a reagir ao sabor das emoções acicatadas pelos algoritmos e pelas redes sociais.

Às entidades que se ocupam do cruzamento entre literacia, *media* e educação permitam-me que sublinhe a importância de divulgarem experiências e projetos neste âmbito, de escreverem sobre o tema, e de tornarem conhecidos os casos de sucesso de outros países que possam servir de fonte de inspiração e de renovação para as nossas escolas.